



AUDIÊNCIA PÚBLICA - CPI DA PREVIDÊNCIA

10/07/2017

Abordagem sobre a Previdência Rural



Uma política inclusiva de proteção previdenciária dos trabalhadores e trabalhadoras rurais depende de um eficiente e sustentável sistema de Seguridade Social.



O LUGAR DA PREVIDÊNCIA RURAL NA SEGURIDADE SOCIAL E SEU FINANCIAMENTO.

Antecedentes:

Estatuto do Trabalhador Rural pela Lei n.º 4.214/1963;

Lei Complementar n.º 11/1971 (PRORURAL / FUNRURAL).

O Prorural estabelece como forma de custeio a contribuição de 2% sobre o valor de comercialização do **produtor** e, ainda, uma alíquota de 2,4% sobre a folha de pagamento das **empresas**.

Esse modelo de financiamento sinalizou a necessidade estrutural de **adotar fontes alternativas à contribuição direta** a fim de permitir a concessão de benefícios básicos aos trabalhadores rurais. Apesar dos avanços, o critério de acesso e o valor da prestação conferiam à política uma cobertura bastante restrita. Poucos tiveram acesso a benefícios.

OBS: Historicamente o trabalho rural foi discriminado no Brasil. Os trabalhadores rurais tiveram acesso a determinados direitos sociais somente a partir da década de 1970, quando passaram a ter acesso à proteção previdenciária (Lei Complementar n.º 11/71).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

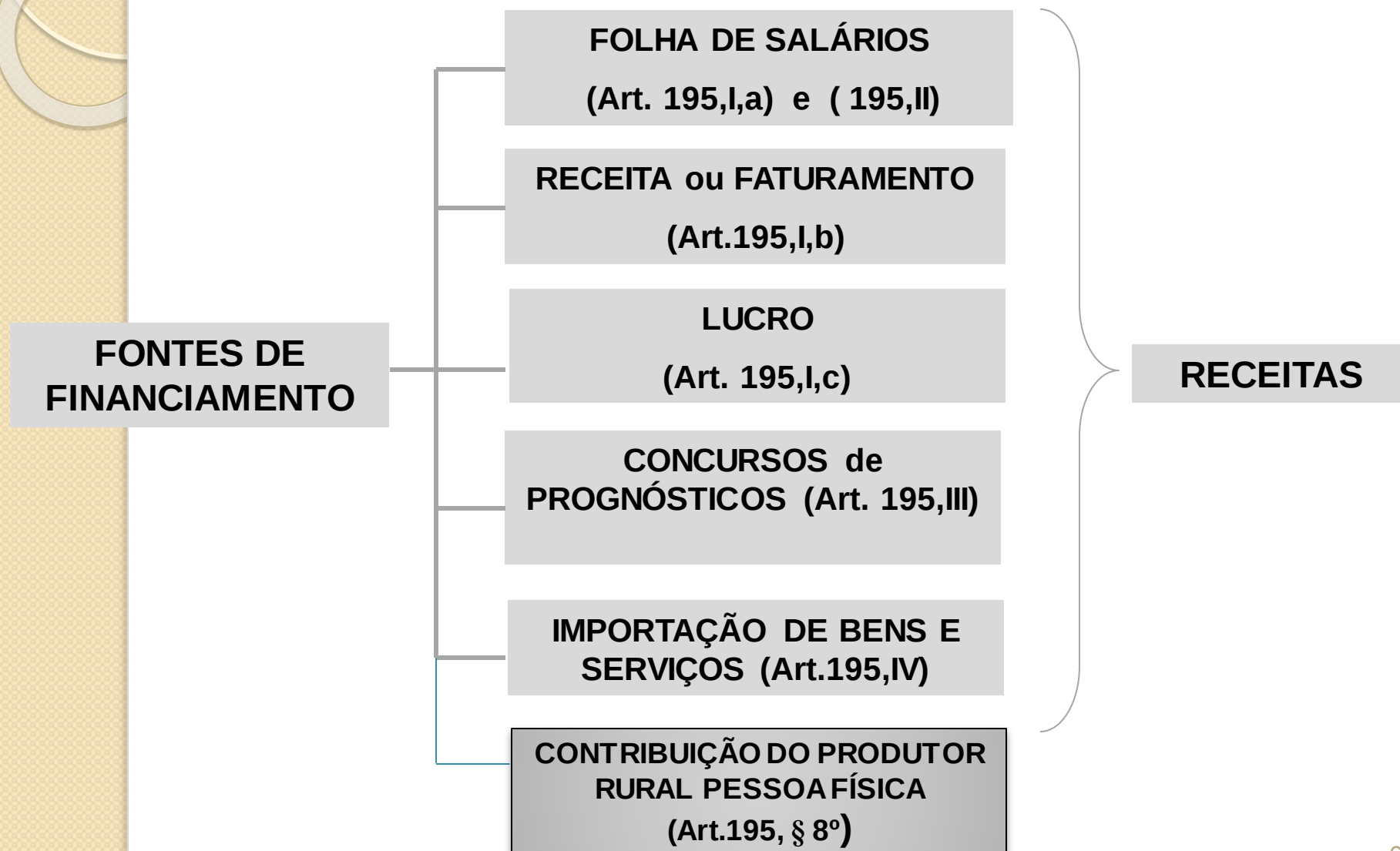
Estrutura o Sistema de Seguridade Social amparado nos seguintes princípios

- Solidariedade;
- Universalidade;
- Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbana e rural;
- Seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços;
- Equidade na forma de participação do custeio;
- Diversidade da base de financiamento;
- Caráter contributivo e equilíbrio financeiro e atuarial – aplicável à Previdência Social.

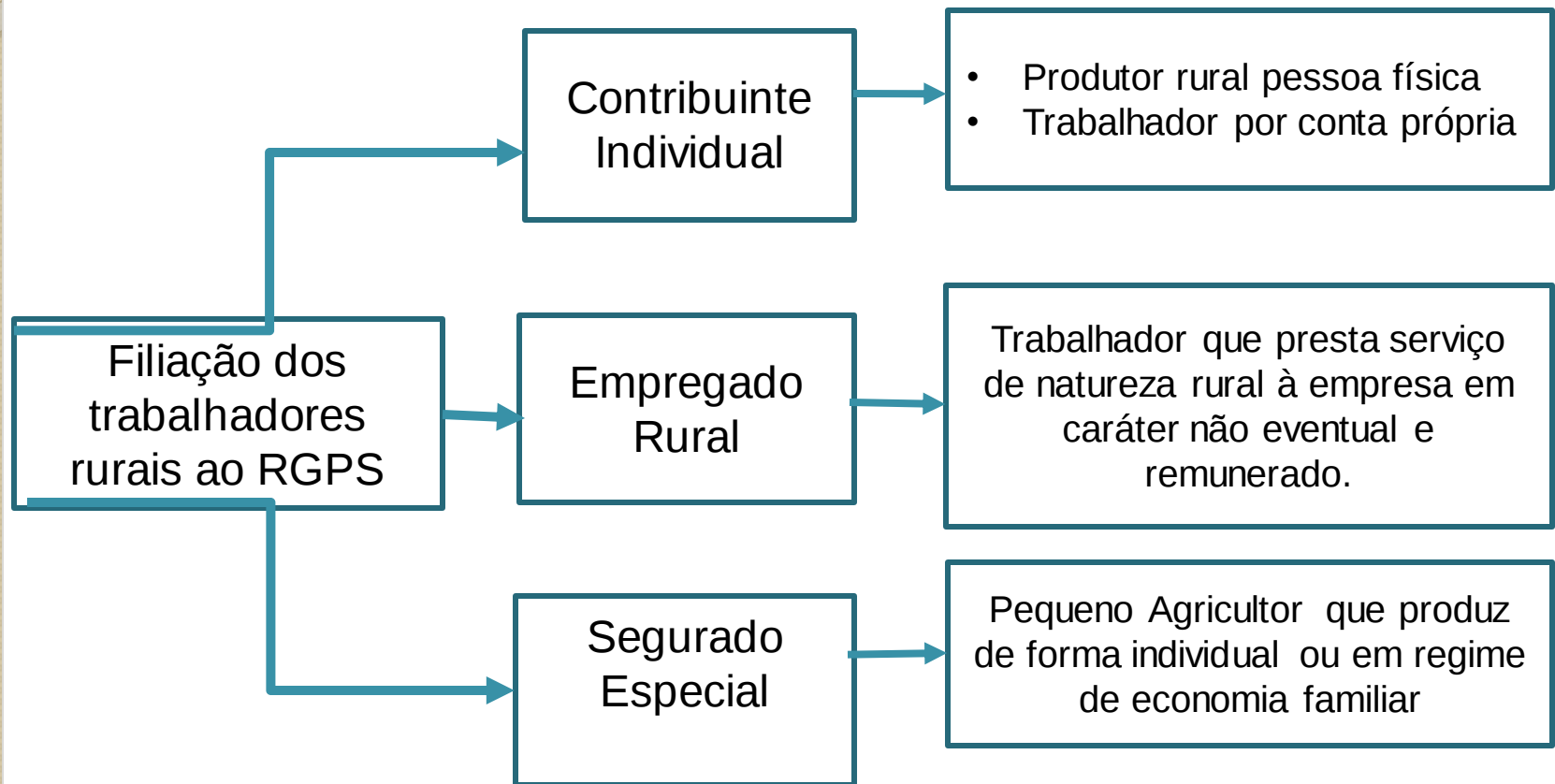
Orçamento da Seguridade Social

- Fontes previstas no art. 195 da CF de 1988
- Art. 195 “**A seguridade social será financiada por toda a sociedade**, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais...”

Fontes de Financiamento



Previdência rural – pós constituição de 1988



Empregado Rural

Contribuição:

- Retida e recolhida pelo empregador - alíquota de 8, 9 ou 11% incidente sobre o respectivo salário de contribuição.

Obs.1: o empregador rural não contribui com base na folha de salários mas sim com base na comercialização da produção (2,1% se empregador pessoa física e 2,6% se empregador pessoa jurídica).

Obs.2: 40% da mão-de-obra assalariada rural (IBGE/PNAD-2015) é contratada formalmente. Isso significa que 60% dos assalariados rurais terão grande dificuldade em acessar direitos previdenciários.

SEGURADO ESPECIAL

Base constitucional

Art. 195.....

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, **contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.**

.....

- **Contribuição:**
- Contribuição única para o grupo familiar (regra geral): 2,1% sobre o valor da receita bruta decorrente da comercialização da produção.
- **Obs:** em regra, a contribuição é recolhida pela empresa que adquire a produção (sub-rogação), salvo exceções legais (ex.: quando ocorre a venda da produção para pessoa física);



NOTAS DO AGRICULTOR

1204190 - VA - 1 - SANTOLINO DA CUNHA CPF 030.618.259-91

Município: IMBUÍ Localidade: GARRAFAO

29/06/2017 09:10

AGREGADO: ALEXSANDRO DA CUNHA

Orie: 465 GT: 406

SALDOS DA N.F. PRODUTOR Nº: 380722 N.F. ENTRADA Nº: 394974 N.F. DEVOLUÇÃO Nº:		VOLUME		PREÇO MÉDIO R\$		VALORES EM R\$	
Pardos	Quilos	Arrobas	Rg	Arrobas	Valor Total	INSS	Valor Líquido
21	982,1	65,5	16,73	160,91	10.535,38	242,31	10.293,07

Desconto de 2,9 kg por UMIDO

PAGAMENTO PARA O DIA 05/07/2017

Banco: BRASIL Agência: IMBUÍ-ANT BEE? Conta Corrente: 1612? Valor: 10.293,07

CRÉDITOS de todas as Notas e Outros da Lavoura VA - 1

PURM FORNECIDO	83.646,74
DEPOSITO BANCARIO	2.150,25
DEPOSITO BANCARIO 2016	2.568,28
TOTAL	89.565,27

DÉBITOS DA LAVOURA VA - 1

Descrição	Divida	Pagamento	Desconto	Saldo
VALOR PAGO	2.500,00	2.500,00		0,00
INVESTIMENTO	7.820,93	7.772,38	48,55	0,00
INSSINOS	7.900,56	7.609,39	291,17	0,00
INSCRIÇÃO AFUBRA	1.868,35	1.868,35		0,00
INSSINOS 2016	2.350,25	2.350,25		0,00
TOTAL	22.439,69	22.100,37	339,32	0,00

RETENÇÃO INSS DA LAVOURA VA - 1 1.923,86

PAGAMENTO TOTAL AO PRODUTOR NA SAFRA DA LAVOURA VA - 1 65.541,04

DÍVIDAS FUTURAS DA LAVOURA VA - 1

INVESTIMENTO 2018 = 7.384,90 2019 = 7.384,90 2020 = 7.384,90 2021 = 7.384,90

MENSAGENS DIVERSAS

SR. PRODUTOR, A SOUZA CRUZ EXIGIRÁ, DENTRE OUTROS REQUISITOS, PARA A CONTRATAÇÃO DA PROXIMA SAFRA A APRESENTAÇÃO DA COMPROVAÇÃO DE MATRÍCULA ESCOLAR DE TODAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE 06 E 18 ANOS QUE RESIDAM NA SUA PROPRIEDADE E QUE NÃO TEBAM COMPLETADO O ENSINO FUNDAMENTAL.

RESUMO DAS ENTREGAS DESTA LAVOURA

Final em: 29-JUN-17

N.F. Prod.	Data Saída	N.F.	Data	Nº Pardos	RG	Arrobas	Valor da Venda - R\$
380722	26/06/2017	394974	25/06/2017	21	982,1	65,5	10.535,38
377216	07/06/2017	392860	08/06/2017	71	3.410,6	227,4	17.178,91
377215	24/05/2017	391223	25/05/2017	45	2.162,5	144,2	24.006,77
542667	19/04/2017	386273	20/04/2017	16	763,0	50,9	8.620,23
66815	07/02/2017	374731	09/02/2017	10	502,2	33,5	3.305,47
TOTAL				163	7.820,4	521,4	83.646,74

BR-369, Km 432 - Rio Verde
Ubirata - PR
Fone: 44 - 3543-8800
CEP: 85440-000
Email: coagru@coagru.com.br

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

2. Once the problem is identified, the next step is to define the objectives and goals of the project. This helps to clarify what needs to be achieved and provides a clear direction for the team.

3. The third step is to develop a plan or strategy to address the problem. This involves breaking down the problem into smaller, manageable tasks and determining the resources needed to complete each task.

4. The fourth step is to implement the plan. This involves putting the strategy into action and monitoring progress regularly to ensure that the project is on track.

5. The final step is to evaluate the results of the project. This involves comparing the actual outcomes with the original objectives and goals to determine the effectiveness of the project.

4116 0277 1987 9400 1570 5500 2000 0195 8418 2442 1216

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal

DESTINATÁRIO/REMETENTE

CÁLCULO DO IMPOSTO

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOSDADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Descontos:- Funeral: 153,90; Despesa Operacional: 0,00; Retencao p/ aumento capital: 77,00; SENAR: 15,39; S.A.T.: 7,69. T.A. No. 1371/96 - ICMS suspenso c/feat 93, inc. 01 do RICMS Preco dia: 65,00/se;

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE JAGUARANGA THO T. GOM ALIM LTIM PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL AO LADO		Nº-e Nº 003.638.443 SÉRIE 2
DATA DO VISTAMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO ASSINADOR	

 JAGUARANGAS IND E COM ALIM LTDA RODOVIA: BR 340, S/N KM 340 S/N KM 3,5 GLEBA 01 ZONA RURAL JAGUARANGA-PA FONE: 4332722079 CEP: 86610-000	DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA N°000.038.443-FL 1/1 SÉRIE 2	 4117038509003300475500200038431002948424 4117 0385 0900 3300 0475 5500 2000 0384 4310 0294 8424 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora Protocolo de Autenticação: 141170037746649 08/03/2017 15:53:26
--	--	---

DESTINATÁRIO/REMITENTE		INSCRIÇÃO ESTADUAL	DATA DA NOTA
JOSE LAMARCA		326.435.799-04	08/03/2017
ENDEREÇO		CNPJ	DATA DE EMISSÃO - SAÍDA
RUA JUPIRA, SN		00.000-000	08/03/2017
MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA EMISSÃO
COLORADO	PR	3504310414	15:52:00

FATURA		VALOR DATA VENCIMENTO DATA VENCIMENTO D/D	VALOR DATA VENCIMENTO DATA VENCIMENTO D/D	VALOR DATA VENCIMENTO DATA VENCIMENTO D/D

CÁLCULO DO IMPOSTO		VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO SUBSTITUTIVO	VALOR DO IMPOSTO SUBSTITUTIVO	VALOR DO IMPOSTO SUBSTITUTIVO	VALOR DO IMPOSTO SUBSTITUTIVO
		0,00	0,00	0,00	0,00	24.413,62
VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO	VALOR DO IMPOSTO
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.413,62

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTRA	QUANTO FRETE	FLACAO DO VEICULO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
		0-SEM FRETE				
CONTEINER	SERVIDOR	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	VALOR DO IMPOSTO
3832						11.027,000

PROD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NM / SE	COT	COT	COT	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
AVE.000.000	FRANGO VIVO - CABEÇAS	01051190	090	1101	CAB	3892,0000	6,272770	24413,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CÁLCULO DO IPI		VALOR DO IPI	VALOR DO IPI

DADOS ADICIONAIS		VALOR DO IPI
IPI DE EXPORTAÇÃO ITEM DIFERIDO CONSUMO - CAPÍTULO XI, ART. 29 DO RICM-PR - LOIS 738117 ITEM DIFERIDO CONSUMO - INCISO III DO ARTIGO 29 DO RICM-PR INDIQUE ADICIONAL..... 561,51 NP. Prod. Rural: 512 Sessão: Data Emissão: 08/03/2017		

Mito do “déficit” previdenciário

Resultado da previdência divulgado pela mídia

R\$ milhões correntes e PIB

Receitas/Despesas previdenciárias	2014	%PIB	2015	%PIB
Receitas da Previdência Social (a)	337.503,1	5,9%	350.272,0	5,9%
<i>Urbano</i>	330.833,0	5,8%	343.190,7	5,8%
<i>Rural</i>	6.670,2	0,1%	7.081,3	0,1%
Benefícios Previdenciários Pagos (b)	394.201,2	6,9%	436.090,1	7,4%
<i>Urbano</i>	305.498,7	5,4%	338.049,3	5,7%
<i>Rural</i>	88.702,6	1,6%	98.040,8	1,7%
PIB Nominal	5.687.309,0	-	5.929.748,0	-
Suposto "Déficit" (a-b)	-56.698,1	1,0%	-85.818,1	1,4%

Fonte: Tesouro Nacional *in*: MPS (RGPS por clientela urbana e rural segundo metodologia própria). Dados sujeitos a alteração

- O suposto déficit é calculado considerando apenas as contribuições previdenciárias que devem ser utilizadas para o pagamento dos benefícios, por força do **Art. 167, XI da CF**.
- Tal forma de cálculo não considera a pluralidade de fontes de financiamento, previstas no **Art. 195, da CF**. É um erro excluir a previdência como parte da Seguridade Social.

Tabela 2
Desonerações (renúncias) de receitas da Seguridade Social - exercícios diversos

Em R\$ milhões

Ano	Desoneração Total*	% do PIB ⁽¹⁾	Desonerações de Contribuições Sociais				Total das Desonerações de Receitas da Seguridade Social	% do PIB
			Contrib. p/ Previdência Social ⁽²⁾	COFINS	CSLL	PIS/PASEP		
2007	102.673	3,95	n.d.	13.351	2.958	2.377	18.686	0,81
2008	114.755	3,78	n.d.	20.058	4.525	3.732	28.315	1,03
2009	116.098	3,65	17.905	29.418	6.087	5.651	59.061	1,85
2010	113.861	3,60	18.183	33.883	8.333	6.955	67.354	2,02
2011	152.406	3,68	21.156	34.618	5.830	6.542	68.146	1,75
2012	182.410	4,15	24.412	41.376	6.976	8.145	80.909	1,78
2013	225.630	4,66	33.742	46.142	8.788	9.060	97.732	1,97
2014	253.902	4,92	57.092	58.510	9.301	11.639	136.542	2,60
2015	282.437	4,93	62.517	70.538	10.490	14.100	157.645	2,75
2016	271.006	4,33	54.349	64.558	11.171	12.887	142.965	2,29

Fonte: Receita Federal, Ministério da Fazenda. Demonstrativo dos Gastos Tributários (DGT). PLOA (projeções) e Relatório de Bases Efetivas.

Notas:

(1) Dados de 2007 a 2014, Bases Efetivas. Dados de 2015 e 2016, dados estimados, PLOA-projeções.

(2) Gastos com contribuição para previdência inclui: Copa do Mundo(isenção à FIFA e entidades organizadoras); desoneração da folha de salários; donas de casa; entidades filantrópicas; exportação da produção rural; MEI (microempreendedor individual); Olimpíadas 2016 (isenção patronal ao comitê organizador); Simples Nacional; TI e TIC, indústrias de transformação e setor hoteleiro. Nem todas as rubricas estão contidas em todos os anos.

A desoneração da folha não melhorou a economia. A indústria não cresceu, tampouco gerou e garantiu a manutenção de empregos. Essa perda de receita não pode servir para justificar o argumento de corte de gasto na Previdência. Ao longo dos últimos 10 anos (2007 a 2016) mais de R\$ 857 bilhões foram retirados da Seguridade, numa média de quase R\$ 86

Desvinculações de receitas da Seguridade Social promovidas pela DRU - exercícios diversos

R\$ milhões correntes

Contribuições	2008	2010	2012	2013	2014	Total
Cofins	24.019	28.005	36.311	39.882	39.183	167.400
CSLL	8.500	9.151	11.463	12.509	12.639	54.262
PIS/Pasep	6.166	8.074	9.548	10.213	10.384	44.385
Outras contribuições	410	630	753	811	955	3.559
Receitas desvinculadas pela DRU	39.095	45.860	58.075	63.415	63.161	269.606

Fonte: dados da STN. Elaboração Anfip e Fundação Anfip

A Desvinculação de Receitas da União (DRU) permite ao Governo Federal usar livremente 20%, até 2015, e 30%, a partir de 2016, de todos os tributos federais, principalmente das contribuições sociais. Entre 2008 e 2014, foi retirado da Seguridade Social quase R\$ 270 bilhões.

Desonerações de exportação da produção rural - agroindústria e produtor rural PJ- exercícios diversos

em R\$ milhões correntes

Anos	Contrib. p/ Previdência Social (a)	Renúncia exportação rural (b)	Participação %		
			b/a	PIB	Arrecadação Previdenciária
2009	17.905	2.432	13,58	0,08	1,17
2010	18.183	3.215	17,68	0,10	1,48
2011	21.156	2.641	12,48	0,07	1,04
2012	24.412	2.749	11,26	0,06	0,93
2013	33.743	4.306	12,76	0,09	1,26
2014	57.012	4.629	8,12	0,09	0,38
2015	62.519	5.332	8,53	0,09	0,40
2016	54.349	6.566	12,08	0,10	0,50

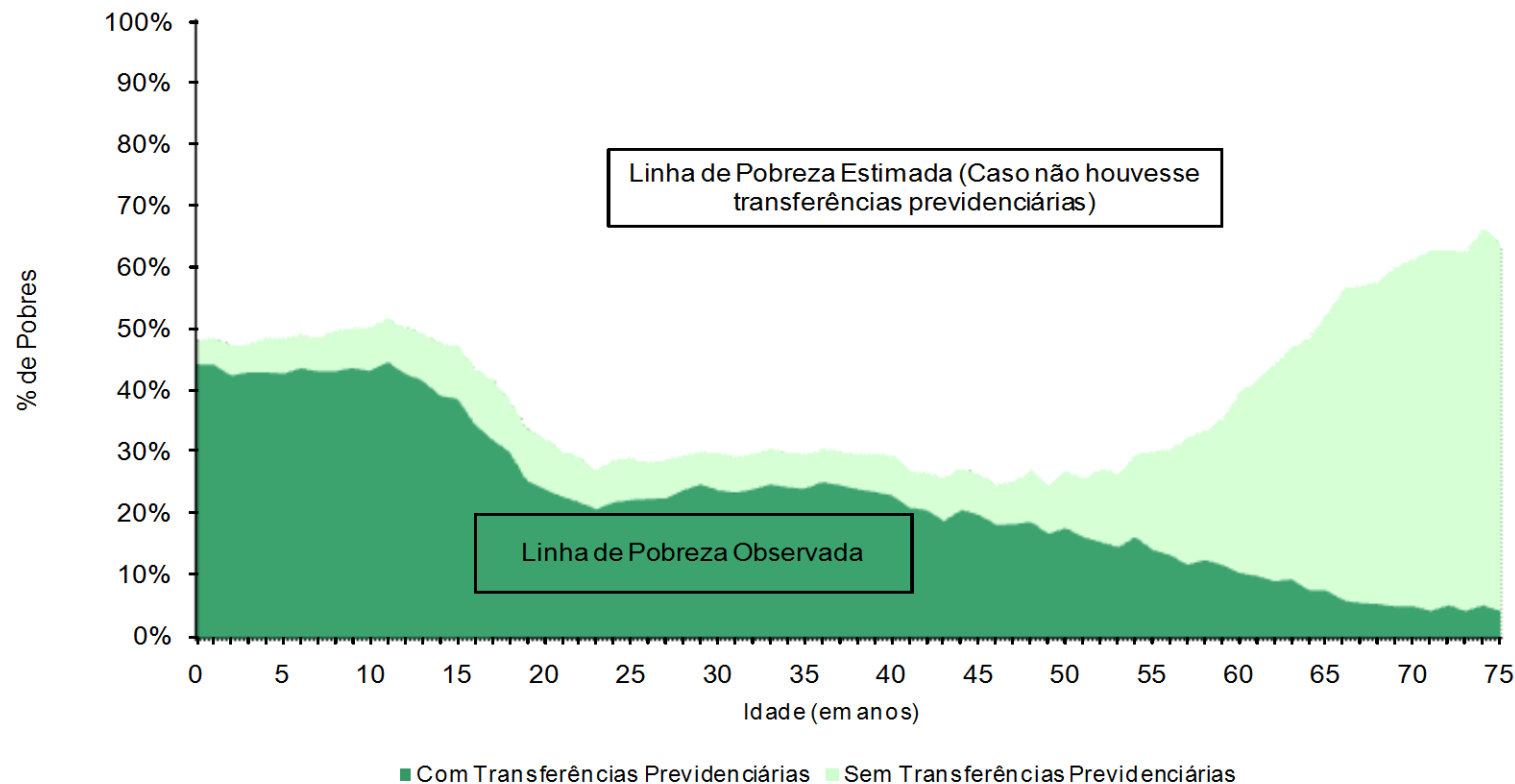
Fonte: Receita Federal, Ministério da Fazenda. Demonstrativo dos Gastos Tributários. PLOA (projeções) e Relatório de Bases Efetivas.

(*) Dados de 2009 a 2014, Bases Efetivas. Dados de 2015 e 2016, dados estimados, PLOA-projeções.

Chama atenção a imunidade concedida ao agronegócio exportador. Ao longo dos últimos 8 anos, quase R\$ 32 bilhões foram deixados de arrecadar para a seguridade social em decorrência da renúncia previdenciária desse setor. (art. 149, §

2º I da CF)

Linha da pobreza observada e estimada (caso não houvesse transferências previdenciárias)



Fonte: IBGE/PNADs harmonizada, excluindo área rural da Região Norte, salvo Tocantins. Elaboração: CGEPR/SPPS/MTPS.

O Gráfico apresenta a importância da previdência no combate à pobreza. Se não fosse a previdência, o percentual de pessoas idosas vivendo abaixo da linha de pobreza seria superior a 60% (ano de 2015). Com a Previdência este percentual cai para menos de 10%. Destaca-se o fato de que a maioria dos benefícios emitidos pela previdência é no valor do salário mínimo.

IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

Valor (em R\$) dos Benefícios Emitidos para a Clientela Rural, segundo Sexo e Faixa de População - Jan/2016

Faixa de população	Número de Municípios	Homem	Mulher	Total
Até 20 mil	3.818	1.056.691.764,14	1.749.232.468,27	2.815.136.804,49
De 20 a 50 mil	1.090	1.030.037.688,14	1.771.328.083,96	2.812.833.206,24
De 50 a 100 mil	351	502.396.312,33	880.478.025,06	1.388.896.170,49
Mais de 100 mil	305	379.357.473,06	828.661.381,35	1.216.080.730,24
Total	5.564	2.968.483.237,67	5.229.699.958,64	8.232.946.911,46

Fonte: SUIBE/Dataprev (Extração realizada em 19/02/2016).

Elaboração: Galiza e Valadares. Ipea, 2016.

68% dos valores dos benefícios rurais são pagos em municípios com até 50 mil habitantes. Isso demonstra que a Previdência Social tem importante papel como distribuidora de renda entre os municípios brasileiros. 88% dos municípios tem até 50 mil habitantes.

IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

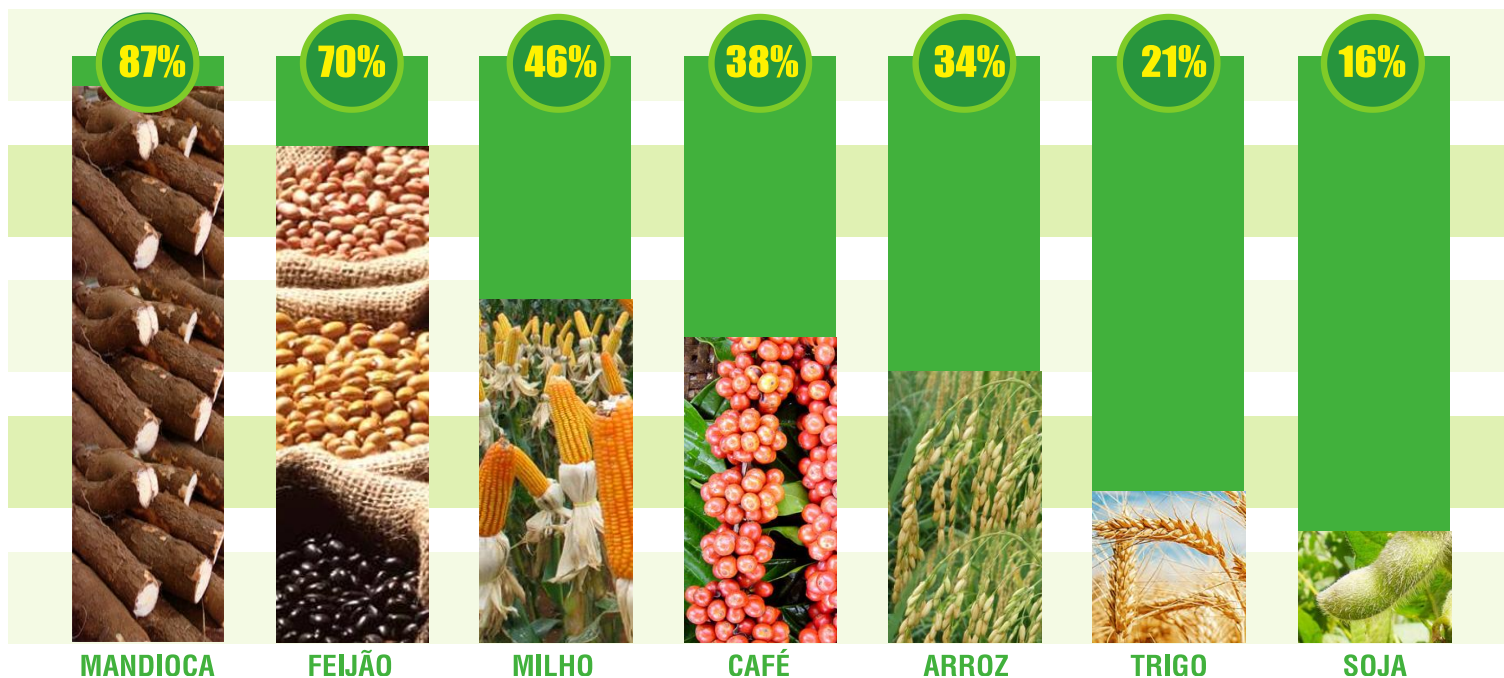
Número de municípios em que os pagamentos da previdência superam o FPM - por região

Regiões	2003	Δ%	2010	Δ%
Norte	194	5,1	232	6,0
Nordeste	1.239	32,8	1.209	31,2
Sudeste	1.262	33,4	1.255	32,4
Centro-Oeste	237	6,3	275	7,1
Sul	841	22,3	904	23,3
Total Ben > FPM	3.773	100,0	3.875	100,0
Fonte: MPS (Benefícios) e Tesouro Nacional (FPM)				

Em 71% dos municípios brasileiros o rapasse da Previdência Social ultrapassa os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FMP).

IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS



- A Previdência Social é uma política de estímulo à Agricultura Familiar que exerce importante papel na soberania e segurança alimentar e nutricional do país;
- Os benefícios previdenciários rurais potencializam a Agricultura Familiar ao ser fonte de investimento em várias etapas da produção;
- Em períodos de emergência ou calamidade (secas ou inundações), preços baixos dos produtos, a Previdência Social tem sido uma política de grande suporte como garantia de subsistência das famílias.

ALGUMAS PROPOSTAS VISANDO MAIOR SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL

- Intensificar o combate à sonegação das contribuições e agilizar a cobrança dos créditos previdenciários constituídos;
- Rever os critérios e regras aplicáveis às renúncias previdenciárias;
- Rediscutir as **desonerações** de determinados setores e exigir **contrapartida** das empresas beneficiadas;
- Rediscutir a contribuição sobre o faturamento sobre o faturamento/lucro
- Não desvincular receitas da Seguridade Social para outra finalidade que não seja em atender as políticas de saúde, previdência e assistência social; **a DRU. Pode gastar até 30%.**
- Instituir o e-social rural simplificado, visando maior formalização dos contratos de trabalho na área rural.
- Aprimorar a arrecadação das contribuições provenientes do setor rural por meio de informações sobre a venda da produção rural a serem lançadas no CNIS-Rural.
- Integrar as ações da união, estados e municípios, visando obter maior formalização da Agricultura Familiar e adotar políticas unificadas nas áreas tributária, sanitária, ambiental, fundiária, entre outras.

FIM

